



5002411



08000.009412/2017-73



## MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS

### ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA - CNPCT

**Data, horário:** 21 e 22 de agosto de 2017, das 09:30 às 18:00.

**Local:** Secretaria Especial de Direitos Humanos, na sala de reuniões Plenária (10º andar), Edifício Parque Cidade Corporate, Setor Comercial Sul, Quadra 9, Torre A, Brasília-DF

#### Abertura

Paulo Maldos, enquanto Vice-Presidente do CNPCT abre a reunião, em acordo com os demais membros presentes, em respeito às pessoas que chegaram na hora e tendo em vista a extensa pauta da reunião. Estavam presentes no início da reunião os membros do CNPCT, representantes dos seguintes órgãos/Entidades: MD, MDS, MEC, SDH, SPM, ANCED, Justiça Global, GTNM/BA, CFP, CUT, Conectas, IBCCRIM, ISER.

A partir deste acordo tanto esta, como as próximas reuniões serão iniciadas com os membros presentes em sala e não apenas quando tiver 14 membros (Quórum necessário até então).

#### Informes

Foi informado que um ponto de pauta que trataria da divisão do CNPCT em GTs seria retirado da pauta, pois o representante da Secretaria de Governo, que iria propor esta reorganização, não viria para a reunião e não conseguiu enviar uma proposta. Esta demanda tentará ser pautada na 16ª Reunião Ordinária, em outubro.

#### Questões referentes aos Comitês e Mecanismos estaduais

Karolina Castro da SDH fez apresentação da situação de Comitês e Mecanismos nos Estados, apontando onde existe Comitês e Mecanismos, onde existe encaminhamentos visando as implementações ou ainda como está o funcionamento destes órgãos, baseando-se nas informações coletadas.

O material apresentado vai ser disponibilizado por meio eletrônico, como foi solicitado por alguns membros.

Membros e Convidados do Comitê, vindos dos Estados de São Paulo, Bahia e Rio Grande do Sul fizeram relatos de como está a situação em seus Estados.

Foi solicitado que esses relatos dos Estados, feitos pelos Membros e/ou Convidados se tornasse uma prática comum, assim as informações dos Estados estariam sempre atualizadas acerca da implantação ou funcionamento de Comitês e Mecanismos estaduais.

Proposta de encaminhamento: foi solicitado que os membros tragam propostas para o Monitoramento das questões referentes aos Comitês e Mecanismos estaduais.

### **Pendências Sobre pontos focais do Planejamento**

O material foi apresentado em formato cronológico, mesmo em alguns momentos algumas datas já tenham sido ultrapassadas. Os itens que estavam em datas passadas e não foram executadas serão realocadas para as próximas datas na reorganização do documento que será feita pela Secretaria-executiva do Comitê.

A ideia da apresentação faz parte do planejamento do Comitê e tem como objetivo trazer nomes para pontos focais dessas ações e prazos para o cumprimento destes objetivos.

Nos pontos onde o objeto é o monitoramento das recomendações do Mecanismo surgiu uma necessidade que as recomendações da OEA e Corte Interamericana também fossem monitoradas, mesmo tendo em mente que esta é uma outra atividade e demanda mais capital humano para sua realização. A proposta inicial desta ação foi buscar inicialmente junto ao MRE para que estes dados chegassem ao CNPCT, mas ao final a Justiça Global ficou de trazer estes dados. A representante do Iser, Paula, demonstrou interesse em participar do grupo que pautaria esse assunto.

Em relação ao ponto referente ao Ofício enviado para os Estados em relação a criação de Comitês e Mecanismos estaduais o representante da DPU sugere elaboração de novo ofício reiterando o ofício que já fora enviado (pediu para acessar o ofício que foi enviado), mas dessa vez o ofício saindo assinado pela Ministra de Estado dos Direitos Humanos.

Quanto às recomendações do CNPCT do biênio 2014-2016, ficou a cargo da Secretaria-executiva do Comitê fazer o levantamento para trazer na reunião ordinária de outubro.

Ainda em relação às recomendações, existe, por parte do representante da CUT, Expedito, uma preocupação sobre o que serão feitas com elas ao chegarem no CNPCT.

Em relação ao ponto do uso do FUNPEN, foi levantado que Rafael (MNPCT) tem um estudo já elaborado sobre o assunto e seria solicitado que o mesmo apresentasse essa pesquisa no Comitê. Márcia (MNPCT) disse que poderia, assim que possível, enviar a pesquisa para os membros do CNPCT.

O Vice-Presidente do CNPCT orientou que a Secretaria-executiva do Comitê fique responsável por acompanhar as ações, entrando em contato com as pessoas que se colocaram enquanto ponto focal de cada uma das ações.

Proposta de Encaminhamento: Solicitar ao Rafael apresentação desta pesquisa e agendar nas próximas reuniões do Comitê.

### **Apresentação de Denúncias de Tortura/Maus tratos**

A apresentação não aconteceu em sua totalidade, a plenária defende não há condições da plenária acompanhar caso a caso. Que o acompanhamento, deliberações e ações devem ser feitas pela Mesa Diretora. Apenas casos de grande repercussão ou problemas que fogem ao que a Mesa Diretora pode dar conta. Assim, os casos voltam para a Mesa Diretora para revisão dos casos e consequentes deliberações ad referendum.

Os casos serão levados para a Plenária do CNPCT em dois momentos: Em blocos, de forma estatística e/ou enquanto casos que ultrapassam a capacidade da Mesa Diretora de lidar com o caso.

## **Apresentação dos Relatórios do MNPCT**

No primeiro dia de reunião os Membros do MNPCT apresentaram o relatório do Mato Grosso do Sul, logo em seguida foram feitas perguntas e considerações acerca do material, que foram devidamente respondidas.

No segundo dia de reunião os relatórios do Pará e da Paraíba. Após a apresentação de cada relatório foi aberto o espaço para que os membros e convidados do CNPCT pudessem fazer comentários, considerações e perguntas, que mais uma vez foram respondidas pelos Peritos e Peritas do MNPCT.

Proposta de encaminhamento (trazida pelo Maurício – CFOAB em pelo menos duas das três apresentações): Que a Ministra de Estado dos Direitos Humanos, deveria ir aos Estados para fazer uma conversa direta com os Governadores. Ele defende que esta ação seria importante para criar um fato político, o que chamaria atenção para o problema.

Proposta de encaminhamento (trazida pelo Acássio – Anced): Convite aos Gestores locais e convidados do Poder Público Federal para que eles participem das reuniões do CNPCT durante apresentação de relatórios do MNPCT para que eles possam responder ou pelo menos se aproximar das recomendações do MNPCT.

## **Discussão sobre Processo de recondução/Seleção dos Membros do MNPCT**

O debate sobre recondução/seleção foi bastante diversificado em relação a quantidade de opiniões sobre a forma como deveriam ser conduzidos os processos no Mecanismo. Mas é um consenso dentro do CNPCT que o processo de recondução existe, mas que é preciso definir a forma com que o processo se dará.

Alguns membros trouxeram a opinião de que deveria haver apenas um processo de seleção, este deveria contemplar tanto a recondução, quanto a seleção.

Outros membros trouxeram a opinião que recondução e seleção devem acontecer em processos separados. Primeiro um processo de recondução, definido com metodologia a avaliar o trabalho dos peritos que já estão em atividade (processo interno). Caso não haja recondução, abre-se um processo seletivo baseado no edital já utilizado em 2017 (processo externo).

Para a vice-presidência do CNPCT este momento pode ser utilizado para um balanço sobre o trabalho do MNPCT, ouvindo todos os membros, além de se apropriar da carta enviada pela Perita que pediu exoneração para uma construção de diagnóstico. Nesse ponto foi sugerido solicitar aos Peritos e Peritas do MNPCT suas impressões sugestões e situação atual do mesmo, mas

Foi formado um grupo para discutir o Edital, principalmente no ponto que toca a questão da imparcialidade dos(as) selecionados(as) pelo Edital para compor o MNPCT. Este grupo trará uma proposta já na reunião ordinária de outubro.

Um outro ponto que será discutido e debatido em Plenária, mas apenas na reunião de novembro é a Resolução que trata da recondução/seleção do MNPCT, para esta tarefa, se comprometeram Karolina (SDH) e Carolina (SPM);

Proposta de Encaminhamento: CGCT e Secretaria Executiva do CNPCT trará Minuta de edital com revisões para apreciação do Pleno na reunião ordinária de outubro.

Após alinhamento de conceitos do que chamamos de seleção e recondução os membros tiveram oportunidade de expor suas considerações e ao final da discussão, a seguinte proposta foi colocada em votação:

*“01 Edital para processo seletivo de 05 vagas, adaptando o edital utilizado para seleção em maio/2017 (instrumento mais imediato) e uma resolução explicando como funciona o processo seletivo.”*

Votaram a favor: SMDH, MDS, CUT, IBCCRIM, Justiça Global, Conectas, CFOAB, SDH, MD, ISER, GTNM/BA, MEC, MS, SEPPIR, MRE, CFP **(16)**

Se abstiveram: SPM e ANCED **(02)**

## Sugestões para a próxima reunião

- Apresentação do Relatório “Desocupação SEFAZ” - Mariana – RS (30 min);
- Apresentação de Programas e Trabalhos do MEC – Cinara – MEC (30 min);
- Convidar a Defensora Patrícia Magno para apresentar o trabalho do Comitê Estadual do Rio de Janeiro (GT saúde) sobre desinstitucionalização nos HCTPs (Proposta de apresentação de boas práticas) – Márcia-CFP
- Convidar a Ministra para a próxima reunião – Natália – IBCCRIM.

## PAULO ROBERTO MARTINS MALDOS

Vice-Presidente do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Roberto Martins Maldos, Usuário Externo**, em 30/08/2017, às 12:34, conforme o § 2º do art. 12 da Medida Provisória nº 2.200-1/2001.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **5002411** e o código CRC **720407F7**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/aceso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça.